

PLANEJAMENTO E AJUSTAMENTO, MITOS E UTOPIAS

Celso Antonio Favero¹

Resumo: Nos últimos anos, planejamento, assim como tecnologia, participação, emancipação, meio ambiente, vêm sendo tratadas como noções neutras, matérias puras e, assim, como entes que dão origem a causas universais, destituídas de historicidade, socialidade e politicidade, ou que não remetem a atores, relações, tempos e espaços. Frequentemente, estas noções são revestidas de encantamento e colocadas na origem de projetos com caráter missionário e que têm no “metodismo” ou na “metodolatria” o seu templo sagrado. Neste trabalho pretende-se tematizar sobre o conceito de planejamento e, especificamente, estabelecer alguns parâmetros para um debate possível sobre o planejamento em economia solidária, o que requer a sua re-inserção no campo das abordagens histórico-sociológicas. Pretende-se, além disso, oferecer contribuições para a decifração da opacidade na qual está mergulhado o nosso tempo-mundo e descobrir como navegar nessas águas turvas, embarcados em canoas como aquelas da Universidade e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).

Palavras-chave: planejamento, ajustamento, emancipação, economia solidária.

PLANNING AND ADJUSTMENT, MYTHS AND UTOPIAS

Abstract: In recent years, planning, as well as technology, participation, emancipation, and environment, have been treated as neutral unbiased concepts and, thus, as protagonists to universal causes, devoid of specific historical, social and political contexts and meanings, or that they do not refer to actors, relations, times and spaces. Frequently, these notions are coated with wonder and deployed on projects with missionary character and they have in the “methodism” or in the “methodolaty” their sacred temple. This research discusses the concept planning and, specifically, seeks to establish parameters for a possible debate on planning in a solidarity economy, which requires its reinsertion in the field of historical-sociological approaches. It is intended, moreover, to contribute to deciphering the opacity in which our time-world exists and to discover how to navigate in these muddy waters, with canoes such those of the University and the Technological Incubator of Popular Cooperatives (ITCP).

Key words: planning, adjustment, emancipation, solidarity economy.

JEL: O21.

¹ PhD em Sociologia pela Université du Québec à Montréal - UQAM -, professor titular na Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail: celsoafavero@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Navegar é Preciso

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:
"Navegar é preciso; viver não é preciso".

Quero para mim o espírito [d]esta frase, transformada a
forma para a casar como eu sou:

Viver não é necessário; o que é necessário é criar. Não
conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. Só
quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o
meu corpoe (minha alma) a lenha desse fogo.

Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para
isso tenha de a perder como minha. Cada vez mais assim
penso.

Cada vez mais ponho da essência anímica do meu
sangue o propósito impessoal de engrandecer a pátria e
contribuir para a evolução da humanidade.

É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa
Raça.

Fernando Pessoa

O poema “Navegar é Preciso”, de Fernando Pessoa - principalmente os versos onde o autor diz: “Viver não é necessário; o que é necessário é criar. Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e (minha alma) a lenha desse fogo” –, enseja, com certeza, uma boa forma de iniciar um debate sobre o que é planejamento. Pode-se imaginar, inclusive, que foi inspirado nesses versos que Silva (2003) iniciou a escritura do seu livro sobre planejamento, principalmente o primeiro capítulo, onde as experiências do navegador Amyr Klink servem de exemplo. O poema situa o ser humano entre o viver - o reino da necessidade, da inteligência prática -, e o criar, o inventar, o projetar-se para fora de si, para o além - o reino do sonho, da inteligência imaginativa. Viver e criar. Inventar é um ato humano.

Mas, olhando ao nosso redor, fica-se, freqüentemente, com a impressão de que a relação entre o viver e o inventar foi completamente perturbada, constituindo-se em dois atos separados atribuídos a seres distintos, homens e deuses. O novo reencantamento. Tem-se a impressão de que inventar não é mais necessário, pelo menos para os humanos; e que continuar vivendo é a única coisa necessária, num mundo que nos chega como dado, inventado, cabendo ao ser humano adaptar-se a ele. Sob a hegemonia do consumismo, e Boaventura de Sousa Santos instiga a olhar nessa perspectiva, abriu-se um enorme vácuo entre a experiência (o viver) e a expectativa, ou entre o atoleiro em que se transformou o viver, o reino das circunstâncias, e o transportamento midiático para o reino das expectativas, proporcionando uma espécie de desatolamento virtual. Viver tornou-se sonhar, sonhar consumo, mas um sonhar sem chão, espera sem esperança. É assim que, segundo de Oliveira (2007), nessa última década, mediados pelo “desmanche” do mundo matéria-ideologia, ingressamos na “era da indeterminação”. Nessas circunstâncias, convenha-se, pelo menos para os seres humanos reais, planejar é o que menos tem sentido. Adaptar-se é o que importa, é não perder o bonde.

Mas, ao mesmo tempo, e este é o outro lado do paradoxo da vida atual, nunca se falou tanto em planejamento – participativo, estratégico, local, global, solidário, para a competição, etc. – como hoje. O prefeito faz planos, o candidato faz planos, o síndico do condomínio faz planos, os sindicatos fazem planos, planos municipais, planos de desenvolvimento, planos ambientais... Nesses dias, o G7, o G8, o G20, ou os grupos dos países mais poderosos (e mais

atolados na crise) vêm se reunindo freqüentemente, segundo eles, para planejar conjuntamente uma saída para a crise. Planejar é racionalizar, entendendo a racionalização como cálculo, ou como a virtude classificatória mais lídima e profunda do ser humano. O sucesso depende do planejamento e da capacidade de planejamento. Os fracassos – e as misérias do mundo – resultam do não planejamento ou do planejamento mal realizado. O que resulta de planejamento é bom, o não planejamento é intrinsecamente mau. Tudo o que é mau se deve à descúria no planejamento.

Como entender esse paradoxo? Afinal, do que se está falando quando se fala de planejamento? Hoje, quando se fala de planejamento, fala-se da mesma coisa que se designava com este nome, por exemplo, na década de 1950, quando foi elaborado o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, ou no final dos anos 1920 e início da década de 1930, quando a União Soviética elaborou os seus primeiros Planos Quinquenais e os Estados Unidos, sob Roosevelt, planejaram a saída da crise e o ingresso em novo momento histórico? Todos os que pronunciam a palavra planejamento se referem hoje à mesma coisa?

De acordo com Bourdieu, o modo de representação social de um determinado objeto – por exemplo, o planejamento – decorre, por um lado, da produção e da imposição social do que ele define como o poder simbólico, “esse poder invisível” que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998: 8). É esse “poder invisível” que “sustenta a crença de que aqueles conhecimentos que ameaçam o ‘sistema’ não são ‘cientificamente valiosos’” (CASANOVA, 2006: 256). O poder simbólico é “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (...) supõe (...) o *conformismo lógico*, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’” (BOURDIEU, 1998: 9). Ou, enfim, é como “instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação de dominação (...), contribuindo, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’” (BOURDIEU, 1998: 11).

Por outro lado, continuando com Bourdieu, toda realidade fenomênica, ou toda produção humana – como é o caso do planejamento – envolve necessariamente duas dimensões: matéria e símbolo. Segundo as suas próprias palavras, a troca simbólica ou “a troca lingüística é também uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre um produtor, provido de um determinado capital lingüístico, e um consumidor (ou um mercado), capaz de propiciar um certo lucro material e simbólico. Em outros termos, os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos o segundo, que toda realidade fenomênica, matéria e símbolo, resulta de uma produção histórico-social e da combinação permanente e tensa realizada por atores históricos dando origem, por um lado, a objetos teórico-práticos e, por outro, a densos, complexos e sempre renovados jogos de atores e de variáveis permeados por simulações e dissimulações, presenças e ausências” (BOURDIEU, 2007). Essa troca simbólica, ou essa dominação simbólica, é produzida num campo real, matéria, estruturado, entre “deuses”, inventores, e destituídos de divindade e de matéria, consumidores de matérias e símbolos.

Olhando por essas vias, ao longo dos últimos séculos, o planejamento foi pouco a pouco definido como um “instrumento racional de controle social”, ou como “permanente manifestação da racionalidade técnica”, “instrumental”, “experimentalista”, “positivista” (ZAINKO, 2000: 125), atributo exclusivo de especialistas, que incitam a participação social, ou ao preenchimento de formulários, esquemas. Com isso, o planejamento sai do rol dos problemas científicos ou políticos e transforma-se em técnica. No passado, a emergência do

planejamento - enquanto problema a ser decifrado e cifrado pela ciência e pela política - só se tornou possível com a produção de quatro condições: 1) O desencantamento da razão² e a sua configuração como razão instrumental, historicamente articulada com a ciência e a técnica, transformadas em meios de justificar e legitimar desigualdades e dominações; 2) O estabelecimento do primado da idéia de progresso ou de desenvolvimento, que transformou o ser humano em produtor, contra a idéia de natureza enquanto conservação; 3) A produção do Estado Nacional como “comunidade” societal, território, lugar da igualdade, produtor de identidade e, principalmente, como fator e monopolizador do controle social; 4) A produção de demandas de planejamento como modos de enfrentar as chamadas crises e de produzir o desenvolvimento³. A “globalização neoliberal” perturbou em sua essência esse cenário: reencantamento, fim da história, globalização, ajustamento, tornaram-se palavras de ordem. Mais recentemente, quase todo o pensamento “normal” sobre o planejamento, assim como quase todo o pensamento “normal” sobre a ciência, foi organizado como uma disputa entre dois paradigmas hegemônicos – o da mecânica e o da tecnociência e das ciências da complexidade -, articulados no propósito de realçar as virtudes de sua “capacidade preditiva de precisão ilimitada” (CASANOVA, 2006: 256). Ambos se esmeram, também, na tentativa de calar o paradigma alternativo, movido pela sua dupla tarefa de revelar as crenças/dogmas que fundam a ciência normal e o caráter político como estruturante de toda ciência.

Com base nessas idéias pretende-se, neste trabalho, propor ou, simplesmente, introduzir uma discussão sobre duas questões: para a busca de uma definição para o conceito de planejamento (no mesmo sentido que Bauman fala no livro “Em busca da política”)⁴; para se pensar a respeito das relações entre planejamento, movimentos sociais e economia solidária, ou entre planejamento e imaginação utópica. O que se pretende, com isso, é propor alguns marcos teóricos que permitam, na obscuridade do presente, contribuir para a decifração do mundo e, mais especificamente, contribuir para a produção de imaginações utópicas.

2 PARA UMA DEFINIÇÃO DE PLANEJAMENTO

Os debates e os estudos a respeito das práticas daquilo que nós chamamos de planejamento indicam, atualmente, pelo menos seis coisas: 1) Que estamos entalados entre uma espécie de caos, que é supostamente natural (faz parte da ordem/evolução natural das coisas), e o planejamento como racionalização ou ordenação do caos; 2) Que o planejamento é, essencialmente, um problema técnico, um instrumento já bem recortado (forma, fórmula, método) que estabelece uma mediação, que é controlável, entre uma razão humana dada, naturalizada, e o caos; 3) Que o universo do planejamento – do que é planejável – se restringe ao micro, ao aqui e ao curto prazo (a desordem é um atributo do local, lugar dos indivíduos e das suas escolhas nem sempre racionais – o sistema, sem sujeitos, é razão), que deve ser reajustado e re-inserido no universo da razão, autônomo/automático, regido por uma espécie de demiurgo (o reencantamento do mundo); 4) Que o planejamento – enquanto meio de

² Para a história da razão, ver: CHÂTELET, François. Uma história da razão: entrevista com Émile Noel, Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

³ A prática do planejamento como ação do Estado em nome da sociedade teve início com o I Plano Quinquenal, na União Soviética, em 1928 (significava a produção do novo com base numa suposta vontade geral); o segundo ato foi o New Deal, nos Estados Unidos, como resposta à crise estrutural de 1929-1930 (estratégia de superação da crise). O liberalismo, enquanto espaço da livre concorrência, sempre resistiu a qualquer tipo de planejamento no sentido que atribuímos a este termo, articulado com a idéia de desenvolvimento. No Brasil, a primeira verdadeira experiência de planejamento, segundo Celso Furtado, ocorreu em 1956, com o Plano de Metas de Kubitschek.

⁴ BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

organizar o caos - é eficaz quanto mais ele for produzido por especialistas, num campo neutro (por uma racionalidade neutra), destituído de historicidades, socialidades e politicidades (das suas circunstâncias contaminadoras), de modo que a participação se dá num campo de pura racionalidade; 5) Que planejar é produzir ajustes ou gerar situações que permitam ao Estado – qualquer que seja o Estado - ou a determinados atores, assim como a uma universidade ou a uma cooperativa, por um lado, a governança, e, por outro, a inserção nas dinâmicas demiúrgicas; planejar é, portanto, produzir o controle (palavra sagrada) da imprevisibilidade, do dissenso, da “falsa” invenção; 6) Que, numa leitura feita *a posteriori* das experiências históricas de planejamento, contraditoriamente, é nítida a impressão de que estamos tragados pela imprevisibilidade e pela incapacidade de sustentação de qualquer tipo de planejamento; ou que o planejamento é uma aposta de determinados atores, especialistas, sacerdotes do novo deus, mesmo quando esta é feita em nome da sociedade ou do Estado Nacional.

Karl Mannheim, sociólogo que - desde os anos 1930 - influenciou profundamente os estudos sobre o que ele chamou de planejamento ou “planificação democrática”, traz algumas contribuições ainda hoje importantes para a definição do conceito de planejamento e, portanto, para a compreensão desse universo acima desenhado. Primeiro, ele distingue o planejamento ou a planificação - “a reconstrução de uma sociedade historicamente criada numa unidade regulamentada cada vez com maior perfeição pela humanidade, partindo de certas posições centrais” – do estabelecimento – definido como uma forma de ajustamento ou de arrumação das coisas, sem afetar as estruturas de sociabilidade (MANNHEIM, 1972). Em segundo lugar, para Mannheim, a planificação emerge como propósito (escolha livre, invenção, tomada de decisão política) de enfrentamento de uma crise e como modo de produção do desenvolvimento. Em terceiro lugar, ainda seguindo Mannheim, a planificação é uma estratégia que tem na sua origem determinados atores – política e socialmente definidos - com poder de planejar, liberdade de planejar, capacidade de planejar e vontade de planejar, e que se consubstanciam, essencialmente, no Estado nacional. Finalmente, a planificação requer a produção de conhecimentos científicos (requer a realização de pesquisas científicas), o domínio de conhecimentos técnicos (capacidade de fixação de objetivos, prioridades e mecanismos de produção do desenvolvimento) e, por ser democrática, o desencadeamento consciente de um processo de caráter pedagógico (a construção social de saberes e da política). O essencial, nessa abordagem, é a distinção entre planejamento – criação, invenção – e estabelecimento – ajustamento.

Francisco de Oliveira - em “Elegia para uma re(li)gião” -, ingressando nesse debate pela via das abordagens marxistas, acena para a impossibilidade de produzir uma teoria do planejamento com base nos modos como este vinha então sendo concebido no Brasil e no conjunto do sistema capitalista: pura forma ou modelo destituído de concretude. Ao recusar-se a pensar nesses termos, Oliveira inseria o fenômeno do planejamento no âmbito da tensão entre matéria e forma, entre matéria e ideologia, e, sobretudo, no âmbito da conflitualidade histórico-social ou das relações sociais de classes. Isso permitiria, segundo o autor, conceber o planejamento, enquanto práxis histórica, como a instauração de campos de conflitos reveladores de “uma das facetas mais características do capitalismo monopolista, a sua dilacerante tendência anárquica de grandes proporções, suas novas formas de relação com o operariado, o campesinato e, por que não adiantar desde logo, sua oposição com a Nação. É uma forma típica da ‘*rationale*’ do capitalismo monopolista e, ao mesmo tempo, do Estado anti-Nação, que tenta reconstruir pelo planejamento a ‘comunidade ilusória’, pela qual diz representar a Nação”. O autor conclui: “o planejamento não é a mesma coisa em qualquer espaço social do capitalismo monopolista. Planejamento é, sem sombra de dúvida, uma forma técnica de divisão do trabalho [...], uma forma técnica da divisão do trabalho improdutivo que comanda o trabalho produtivo” (OLIVEIRA, 1981: 15-16). Cabe ao trabalho improdutivo produzir o planejamento que é, desse modo, um meio de controle e dominação. O

planejamento é, também, necessariamente, enquanto processo, um espaço de dissenso, de conflito de classes, de luta pela hegemonia, como diria Gramsci. De outro modo, o planejamento em nome do capital é um modo de estabelecimento, de ajustamento, como nos ensinaram o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial nos anos 1980-1990, ou, mais precisamente, um instrumento de produção de exclusão.

Em trabalho mais recente, Oliveira identifica o desencadeamento, na década de 1980, de um processo de “desmanche” da politicidade e da socialidade, da substituição da “política” pela “polícia”, e da emergência do que Boaventura Souza Santos denomina como “fascismo societal” (SANTOS, 1999), que se configuraria, em últimos termos, pela destruição da política e da sociedade e pela produção de uma era de indeterminação, sob a hegemonia do capital financeiro. Segundo Oliveira, nesse novo contexto, “a relação entre classes, interesses e representações foi para o espaço; a possibilidade de formação de consensos tornou-se uma quimera; mas, num sentido intensamente dramático, isso não é o anúncio do dissenso e não gera política” (OLIVEIRA, 2007: 38). Tudo perdeu a forma: os atores e as classes sociais, a política e, principalmente, o trabalho (tornou-se in-formal); tudo, aparentemente, tornou-se pura matéria, técnica, automatismo. Esta seria a base, a condição, para a instauração do planejamento enquanto gestão, administração, controle. Ele se produz, nessas circunstâncias, num campo onde supostamente todos estão de acordo com relação ao que é fundamental para o ser humano e para o mundo e com relação à necessidade de ajuste dos desajustados, onde supostamente somos todos regidos por uma mesma “*rationale*” ou, mais precisamente, por uma mesma natureza. O que seria, nesse contexto, por exemplo, aquilo que denominamos com tanta ênfase como “participação” social e política no planejamento?

Renato Lessa, num balanço sobre a teoria da democracia (2002), acena para um elemento que, provavelmente, pode contribuir significativamente para o entendimento do nosso tempo, principalmente do nosso tempo brasileiro: a expansão e o domínio das abordagens neobehavioristas. Retomando Sheldon Wolin, autor de um manifesto contra-behaviorista, Lessa define o neobehaviorismo – manifestação americana baseada em uma ideologia que proclama o descaso pela teoria - como uma doutrina contendo duas características básicas: 1) o seu caráter conservador, que se revela na medida em que toma o mundo tal como ele é, “não considerando como problema teórico a possibilidade dele ser alguma coisa diferente do que supostamente é, ou ao considerar que os objetos colocados diante de nós são o que são, idênticos a si mesmos, a tarefa do conhecimento científico resume-se a dizer o que esses objetos são ou a replicar no plano da linguagem aquilo que os objetos seriam no domínio da sua ontologia”; 2) a sua devoção “metodista” – adota uma “metodolatria” – que se manifesta ao eleger o método “como ponto central da atividade intelectual”. Com isso, ela “estaria associada a uma perspectiva que Wolin designa como ‘*shaping of the mind*’, de formação da mente para que o mundo possa ser mensurado adequadamente [...]. Em outros termos, o método, mais do que um auxiliar, que toda gente precisa para estruturar sentenças dotadas de significado a respeito de algum estado de coisas, passa a ser o fundamento mesmo da atividade científica. A idéia do metodismo nada tem de prática ou neutra, já que funda-se em uma ideologia do método” (LESSA, 2002: 38). Segundo Lessa, o neobehaviorismo padece de um déficit empírico e, ao mesmo tempo, de um déficit imaginativo. Ao contrário do que ele propõe, a história da ciência política manifesta-se como uma história de tentativas de elucidação de fatos e de artefatos postos no mundo por teorias, fatos e artefatos institucionais que decorrem de invenções intelectuais (LESSA, 2002: 40).

Mas, enfim, nessas circunstâncias históricas marcadas pelo neobehaviorismo, mais do que no tempo de Mannheim, o planejamento foi substituído pelo estabelecimento, o ajuste, a re-acomodação dos lugares, das ações, das relações e dos significados. A autonomização dos mercados, como diz Oliveira, não significa, certamente, a autonomia social. Com ela, não há mais regras, regulamentos, exceto os do capital, que emanam como naturais, plurais, para

desaparecerem já na curva seguinte. O macroeconômico – a globalização – permanece *ad hoc*; o microeconômico, reino dos indivíduos consumidores, é regido por uma “competência administrativa”, a gestão e a filantropização da miséria. Entre eles, há o Estado policial, técnico, tecnocrático, pura matéria, sem cor, sem cheiro, neutro, o único que pode reger a orquestra numa era de indeterminação. E, pior ainda, frequentemente, a universidade, suposto lugar de produção de conhecimento, se reveste dessa mesma roupagem, exerce o mesmo papel, transforma-se em títere dos especialistas em planejamento. O planejamento, enquanto invenção, nessas circunstâncias, não vai além do ordenamento do consumo, ou, melhor, dos consumidores (nos mercados de coisas, de políticas e educacionais), o que requer, inclusive, o ajuste das inteligências, tão bem orquestrado pelo enorme poder do *marketing*. Como enfrentar essa situação? Até que ponto os movimentos sociais e a própria teoria desses movimentos nos permitem vislumbrar alguma luz no horizonte? Que lugar e possibilidades restam para a imaginação utópica de, por exemplo, inventar uma economia solidária?

3 PLANEJAMENTO: NOVO MOVIMENTO SOCIAL E IMAGINAÇÃO UTÓPICA

O sociólogo norte-americano Sidney Tarrow (2004)⁵ indagava, em livro publicado inicialmente em 1988, sobre as motivações que levam os indivíduos a se mobilizarem e sobre como os líderes formulam as mensagens ideológicas dos chamados movimentos sociais. Ele perguntava: por que algumas mensagens atraem e mobilizam e outras não? Para responder a pergunta, Tarrow analisou o sistema de crenças e símbolos que inspiram os participantes dos movimentos. Ele queria saber se essas crenças e símbolos tinham potencial de mobilização autônomo ou se elas seriam expressões mecânicas de interesses materiais, de oportunidades políticas ou de poder de grupo. Tarrow conclui: 1) as lutas dos movimentos – internas e externas – não são apenas lutas por recursos materiais, mas também por significados (disputas simbólicas); toda luta tende a gerar novas práticas e, ao mesmo tempo, novos marcos referenciais significativos, ou, como ele denomina, novos *frames* (esquemas interpretativos desenvolvidos por coletividades sobre o mundo); 2) a história social se configura como processo produtor de “ciclos de protestos” ou de fases de conflitos mais ou menos intensificados, incluindo a rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados, o estímulo a inovações nas formas de disputa, a produção de novos *frames* de ações coletivas, a combinação de formas de participação organizadas e não-organizadas, a seqüência de interações intensificadas entre desafiadores e autoridades e a conseqüente produção de reformas, repressão e, algumas vezes, de revoluções. Em síntese, segundo Tarrow, os movimentos sociais são criados quando se abrem oportunidades políticas para atores sociais (momentos oportunos, ciclos de protestos); eles se tornam, desde então, produtores de repertórios (*frames*, projetos); eles estão inseridos em redes (alianças) e são portadores de marcos referenciais ou de entendimentos culturais compartilhados.

Ao vincular planejamento com movimento social supõe-se, nessa perspectiva, pelo menos como ponto de partida, que todo planejamento requer mobilização e instauração da política, do dissenso, do conflito social, da invenção participativa e da imprevisibilidade. Com isso, reativa-se a história, os agentes e as circunstâncias históricas, matéria e pensamento, necessidade e imaginação utópica. O planejamento deixa de ser estabelecimento, ajustamento, produto de automatismos ou decorrências naturais de determinados “*inputs*”, como diriam os behavioristas, ou de alguns deuses.

⁵ O autor define os movimentos sociais como “desafios colectivos planteados por personas que comparten objetivos comunes y solidaridad em una interacción mantenida com las elites, los oponentes y las autoridades” (Tarrow, Sidney. El poder em movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. 2 ed. Madrid: Alianza Editorial. 2004: 21).

É nesse horizonte que, segundo Oliveira, atualmente, “salvo o programa assumidamente utópico da ‘economia solidária’ [...], não há na crítica mais freqüente [...], nenhuma proposição alternativa ao capitalismo, nem sequer comendo-o pelas bordas, como se toma a sopa” (OLIVEIRA, 2007: 45). O que faz da “economia solidária” um provável campo de invenção? É, provavelmente, primeiro, a sua capacidade de resgatar o ser humano produtor, produtor de sua vida material e simbólica; segundo, a capacidade de fazer emergir dela um novo projeto econômico, social e político, uma nova economicidade, socialidade e politicidade, uma nova militância política, contra-hegemônica, que se opõe tanto aos projetos da esquerda moderna quanto às idéias-guias neoliberais de competição e empreendedorismo (cujas expressões mais evidentes nas universidades são as empresas júnior). Reacende-se, nesse âmbito, uma possibilidade de resgate da política.

De acordo com Meszáros, nas últimas décadas, nós ingressamos em uma “nova época histórica”. Mergulhamos em uma crise qualitativamente nova, de caráter sistêmico, onde o que está em jogo são forças sistêmicas ou, melhor, forças de um sistema dotado de uma lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos, que subordinam a si todas as atividades humanas desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais sofisticados (MESZÁROS, 2004: 15-16). Nesse contexto, segundo Meszáros, imaginar que qualquer ator social, ou mesmo “o Estado⁶ – qualquer tipo de Estado – possa planejar e assumir o controle direto de todas as funções particulares da sociedade é uma grande ilusão”. É, por um lado, desconhecer que a precariedade é uma característica da existência humana e, conseqüentemente, do próprio planejamento. É, por outro lado, desconhecer o caráter do nosso tempo, a era da indeterminação. Hoje, mais do que nunca, essa precariedade e essa indeterminação se evidenciam. Segundo Chauí (1999), insegurança, dispersão, medo e sentimento do efêmero, são as marcas que fundam o nosso tempo, esse mundo “indeterminado”, segundo Oliveira, ou “líquido”, segundo Bauman, que não se deixa pegar, que escapa por entre os dedos. Imaginar, nessas novas circunstâncias, um tipo de planejamento que, minimamente, consiga ser portador de eficácia e, ao mesmo tempo, de uma imaginação utópica, requer, como ponto de partida, a reinstauração da historicidade, da politicidade e da socialidade, a repolitização do debate. Mas, por quais estratégias?

Segundo Meszáros, as estratégias que apontam para um futuro emancipatório devem considerar, hoje, por um lado, “a inevitabilidade da avaliação crítica do peso morto e da inércia paralisante das estratégias passadas [...] que a atual crise do capital tornou totalmente anacrônicas, o que requer um rompimento radical com as mesmas”; por outro, “a necessidade de fazer uso estratégico da inevitável continuidade, no futuro, das condições atuais. Isso exige o controle das alavancas hoje existentes e que podem ser usadas como elos de mediação com a ordem alternativa esperada, qualitativamente diferente, mas sustentável, pois somente na mitologia é possível que uma deusa surja completamente armada da cabeça de Zeus” (MESZÁROS, 2004: 35). Ainda, segundo o autor, “a nova ordem proposta pode tornar-se possível [...] pela eliminação radical da desigualdade estruturalmente imposta entre o mundo ‘capitalista avançado’ e o que é tendenciosa e paternalisticamente caracterizado como ‘o mundo subdesenvolvido’”. Ela requer, ao mesmo tempo, o enfrentamento da desigualdade interna, que “garante a dominação global da ordem reprodutiva social existente, caracterizada pelas mesmas contradições de desigualdade estruturalmente imposta das determinações internacionais de dependência...” (MESZÁROS, 2004: 39).

⁶ Meszáros define o Estado como uma estrutura hierárquica de comando. Como tal, ele extrai uma problemática legitimidade não de sua alegada “constitucionalidade”, mas de sua capacidade de impor as demandas apresentadas a ele. Nesse sentido, segundo Meszáros, se existe uma disjunção entre os recursos reprodutivos materiais da sociedade e o papel do Estado de fazer uso deles, o Estado perde a capacidade de impor as demandas – contraditórias – que lhe são apresentadas, o que resulta numa grave crise.

Esse desenho do contexto/projeto aponta, assim, para a necessidade da produção de um “planejamento” – matéria e símbolo - elaborado com base no que Meszáros denomina democracia substantiva, que se traduz no resgate da mobilização social e política. O autor sugere, ainda, que só há planejamento se considerarmos, ao mesmo tempo, na mesma dinâmica, o micro e o macro, e se essas duas dimensões da realidade estiverem abertas. Com a finalidade de sustentar essas idéias, Meszáros cita um trecho de um diálogo mantido por Harry Magdoff com Che Guevara sobre o caso soviético. Nele, Che Guevara dizia: “permita-me enfatizar como o plano foi feito e a política que o acompanhou. Acho que a separação entre planejadores, técnicos e economistas, e o poderoso comando político do partido, foi um importante elemento das dificuldades que se desenvolveram. Primeiro, não-especialistas estavam tomando decisões econômicas, baseados em decisões políticas sobre o que seria melhor do ponto de vista do espetáculo, embora houvesse por trás disso o sentimento de que era melhor para o povo. Mas, ao mesmo tempo, um sistema político semelhante a uma economia de guerra já estava sendo implantado” (MESZÁROS, 2004: 45, nota 47). É esse deslocamento – da ordem técnica para a ordem política, que requer a mobilização social e o dissenso - que é essencial para a produção de um planejamento como produção de uma nova socialidade.

Meszáros conclui afirmando que o planejamento imposto (técnico, administrador da ordem) é uma projeção aleatória que não consegue ser realmente abrangente e aspirar a validade em longo prazo. Ou seja, o planejamento só tem sentido se for ativamente apoiado pelos produtores livremente associados (é baseado na igualdade e na democracia substantiva), de modo a reunir as duas principais dimensões do tempo: o tempo de vida dos indivíduos particulares (as necessidades vitais dos indivíduos) e as mais vastas determinações temporais da sua sociedade (as condições para a realização dessas necessidades). Nessas circunstâncias, ele chama a atenção, para um outro elemento: a educação – enquanto auto-educação cooperativamente administrada dos produtores livremente associados, inspirada por e orientada para a produção e satisfação de suas necessidades genuínas. Na ausência dessa educação cooperativa de iguais, de inteligências e de sujeitos iguais e capazes de compreender o significado real da economia, da sociedade e da política, tudo continuará à mercê dos interesses investidos na reprodução máxima das necessidades artificiais, inseparáveis da perpetuação da escassez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que, nas últimas décadas, o planejamento fez um estrondoso ingresso nos mercados, inclusive nos mercados universitários, tornando-se ali uma das mercadorias mais disputadas. Mas, mais do que nunca, nesse tempo neoliberal, o planejamento tornou-se uma espécie de “fetiche, um ídolo, um amuleto, algo enfeitado, que tem poderes inexplicáveis, de origens misteriosas” (PIRES, 1999: 140); ele emergiu também, contraditoriamente, pelo menos à primeira vista, do mesmo modo que toda mercadoria, como uma coisa, “uma coisa trivial e que se compreende por si mesma”. Referindo-se às mercadorias de um modo geral, Marx afirmava:

“Pela nossa análise mostramos que, pelo contrário, é uma coisa muito complexa, cheia de subtilezas metafísicas e de argúcias teológicas. Enquanto valor-de-uso, nada de misterioso existe nela, quer satisfaça pelas suas propriedades as necessidades do homem, quer as suas propriedades sejam produto do trabalho humano. [...]. Mas a partir do momento em que surge como mercadoria, as coisas mudam completamente de figura: transforma-se numa coisa a um tempo palpável e impalpável. Não se limita a ter os pés no chão; face a todas as outras mercadorias, apresenta-se, por assim dizer, de cabeça para baixo, e da sua cabeça de madeira

saem caprichos mais fantásticos do que se ela começasse a dançar (MARX, 1983: 70).

O não reconhecimento no planejamento desse caráter de mercadoria com a sua dupla face – coisa e argúcias teológicas, valor de uso e valor de troca – transforma-o em coisa trivial, des-historicizada, des-socializada. Também, torna o planejamento uma coisa fantástica, encantada, forma que se realiza num mercado universal: coisa técnica (método e aplicação de método) e forma missionária (tem uma missão). Há, portanto, contra isso, na perspectiva de uma imaginação utópica ou da economia solidária, que se re-inventar o planejamento; mas há que se reinventá-lo contra e para além do capitalismo. Uma empreitada como esta requer algumas atitudes básicas:

Primeiro, ela exige o reconhecimento de que viver é sonhar, é criar, é inventar; contrariamente ao que supõe o behaviorismo e, tributariamente, a “metodometria”, “a realidade não se reduz ao que existe”; ela “é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram testadas” (SANTOS, 2002: 23); ela envolve matéria e símbolo e, enquanto expressão, na sua forma hegemônica, ela resulta de disputas entre atores por poder, controle e apropriação. Nesse sentido, “a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representam formas de sociedade mais justas” (SANTOS, 2002: 25). A produção do planejamento concebido desse modo envolve, portanto, pelo menos quatro dimensões: uma dimensão política (começa como imaginação utópica e como dissenso, na medida em que articula as idéias de diferença e de igualdade de inteligências), uma dimensão científica (envolve pesquisa, investigação, produção de conhecimentos), uma dimensão pedagógica (um processo dialógico, de troca de saberes e de construção de solidariedades) e uma dimensão técnica (o domínio de determinados instrumentos). Nesses tempos neoliberais, de desmanche dos espaços públicos e da política, o planejamento há que necessariamente assumir o caráter de movimento social, de mobilizador e de produtor de politicidade.

A re-invenção do planejamento na perspectiva de uma economia solidária requer, em segundo lugar - considerando as três características fundadoras do capitalismo e, como tais, produtoras de iniquidades, a saber: a produção sistemática de desigualdades de recursos e de poder, a produção de sociabilidades empobrecidas, marginais, subordinadas ao primado da competição e a colocação em perigo da própria sobrevivência física do planeta através da exploração sistemática dos recursos naturais –, a produção e o desenvolvimento de estratégias globais fundadas nos princípios da igualdade (da igual dignidade e inteligência de todos os seres humanos), da solidariedade e do respeito à natureza (SANTOS, 2002); planejamento não é, assim, sinônimo de ajustamento (inclusão produtiva); não é, tampouco, a produção de alternativas subordinadas à mesma lógica do capitalismo (solução para a crise do trabalho, busca de brechas no mercado...). A re-invenção do planejamento pautada pelo reconhecimento da iniquidade como característica intrínseca ao sistema capitalista envolve, assim, a re-invenção estratégica da própria lógica e das estruturas desse sistema. Essa estratégia tem como ponto de partida a idéia da necessidade da “redescoberta democrática da centralidade” (SANTOS, 1999) do trabalho na produção do ser humano, ou a elaboração de uma nova concepção do trabalho, das relações de trabalho e, principalmente, das relações de propriedade. Ela envolve, nesse sentido, a produção de uma economia – enquanto modo/sistema de produção/reprodução de vida - que seja ativamente realizada e apoiada por agentes livremente associados, solidarizados, de modo a envolver as três principais dimensões do humano: a das necessidades atuais dos indivíduos, a das condições estruturais (sociais) para a realização dessas necessidades e a dos sonhos humanos.

A re-invenção do planejamento na perspectiva de uma economia solidária exige, em terceiro lugar, a produção de uma nova institucionalidade – Estado, Universidade, Sindicato,

Associações – que seja expressão permanente de movimentos sociais, lugar mobilização, de dissenso e de construção política de consensos, de modo a restabelecer o lugar central, nas relações sociais, ao conflito. Nessa perspectiva, o planejamento deixa de ser tributário do poder (simbólico, político, técnico...), uma forma de controle, um instrumento de ajustamento, para transformar-se em espaço de invenção. Na era do desmanche e da indeterminação, mais do que um inventor de novas institucionalidades, o planejamento precisa tornar-se campo de re-invenção da própria sociedade, de produção de uma sociedade não mais fundada numa suposta única dialeticidade, a de classes, mas sustentada pela idéia de complexidade, envolvendo dimensões múltiplas como as de gênero, de classes, étnico-raciais e territoriais. Mas, como afirma Meszáros, a estruturação dessa estratégia planificadora precisa reconhecer a existência de três coisas: do peso das estratégias que a atual crise do capital tornou anacrônicas, da necessidade de fazer uso estratégico da inevitável continuidade, no futuro, das condições atuais e da capacidade de sonhar do ser humano. Com isso, o planejamento é re-inserido na história.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.
- CASANOVA, Pablo González. **As novas Ciências e as humanidades**. Da academia à política. São Paulo: Boitempo, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In. OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI; CÉLIA, Maria (Org.). **Os sentidos da democracia**. Políticas de dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 27-51.
- LESSA, Renato. A teoria da democracia: balanço e perspectivas. In. PERISSINOTTO, Renato; FUKS, Mário (Orgs.). **Democracia: Teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Fundação Araucária, 2002. p. 33-54.
- MANNHEIM, Karl. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Vol. I, Tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MESZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In. OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-48.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PIRES, Valdemir. Fetichismo na teoria marxista: um comentário. **Impulso**, Jan. 1999. p. 139-146.

SANTOS, Boaventura de Souza. 1999. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In. OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia**. Políticas de dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 83-129.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução. Para ampliar o cânone da produção. In. SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77.

SILVA, Antonio Luiz de Paula e. **Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem**. 2 Ed. São Paulo: Global, 2003.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento**: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. 2 Ed. Madrid: Alianza Editorial. 2004.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. O planejamento como instrumento de gestão educacional: uma análise histórico-filosófica. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, Fev.-Jun. 2000. p. 125-140.